

Relatório de Gestão

Exercício Económico

2016



Relatório de Gestão do Exercício Económico de 2016

O Município da Madalena do Pico, em cumprimento do disposto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33º e alínea j) do n.º 1 do artigo 35º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, elabora o presente Relatório de Gestão referente ao exercício económico de 2016, nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

O Relatório de Gestão, como documento de prestação de contas visa disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social sobre o Município, destinando-se a um conjunto abrangente de destinatários e utilizadores da informação nele contida.

Procura-se refletir a atividade desenvolvida pelo executivo na afetação de valor ao domínio público de uma forma geral e aos munícipes do Concelho Madalena em particular.

O presente Relatório inicia-se com a análise da Execução Orçamental através das Grandes Opções do Plano (inclui o Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), seguido da Execução do Orçamento da Receita e Despesa. Posteriormente, apresenta-se a análise da situação Económica e Financeira, bem como a evolução dos passivos de Curto, Médio e Longo Prazo, terminando com os anexos às Demonstrações Financeiras.

Uma palavra de reconhecimento aos colaboradores do Município, relevando o empenho e dedicação à causa autárquica numa demonstração de claro entendimento do rumo que o Executivo tem prosseguido.



Índice

1.	Aná	álise d	da Execução Orçamental	7
	1.1.	Plan	o Plurianual de Investimentos (PPI)	7
	1.2.	Ativi	dades Mais Relevantes (AMR)	10
	1.3.	Gran	ndes Opções do Plano (GOP) - PPI e AMR	14
	1.4.	Orça	amento	17
	1.4.	1.	Orçamento da Receita	18
	1.4.	1.1.	Receitas Correntes	18
	1.4.	1.2.	Receitas de Capital	19
	1.4.	1.3.	Análise Global da Receita	20
	1.4.	2.	Orçamento da Despesa	24
	1.4.	2.1.	Despesas Correntes	24
	1.4.	2.2.	Despesas de Capital	25
	1.4.	2.3.	Análise Global da Despesa	26
2.	Aná	álise d	da Situação Económica e Financeira	30
	2.1.	Bala	ınço	30
	2.1.	1.	Imobilizado	32
	2.1.	2.	Disponibilidades	32
	2.1.	3.	Passivo de Médio e Longo Prazo	33
	2.1.	4.	Endividamento	33
	2.2.	Dem	nonstração de Resultados (Por Natureza)	36
3.	Evo	olução	o das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazo	38
	3.1.	Dívio	das de Terceiros	38
	3.2.	Dívio	das a Terceiros	38
4.	Pro	posta	a de Aplicação de Resultados	39
3.	Ane	exos	às Demonstrações Financeiras	41
	8.1.	Cara	acterização da Entidade	41
	8.1.	1.	Identificação	41
	8.1.	2.	Legislação	41
	8.1.	3.	Estrutura Organizacional	42

	A MADALES
8.1.4. Descrição Sumária das Atividades	42
8.1.4.1. Divisão Administrativa e Financeir	ra42
8.1.4.2. Divisão de Obras, Serviços Urban	os e Planeamento Urbanístico43
8.1.5. Organização Contabilística	44
8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de	Resultados44
8.2.3. Critérios Valorimétricos	44
8.2.6. Despesa de Instalação e Investigação	ão e Desenvolvimento45
8.2.12. Imobilizações Corpóreas em poder o	de terceiros, implantados em propriedade alheia e
reversíveis	46
8.2.13. Locação Financeira	46
8.2.15. Bens de domínio público que não sã	io objecto de amortização46
8.2.16. Entidades Participadas	46
8.2.26. Descrição de responsabilidades ass	umidas em compromissos futuros46
Indice de Tabelas	
·	7
Tabela 2 – PPI - Evolução do Investimento Realiz	ado10
'	11
·	zado13
	Opções do Plano (GOP)15
	zado15
	17
	18
·	19
	ado20
	ado comparativamente com 201320
•	21
	nual em % (n / n-1)21
•	
Tabela 15 – Evolução da Execução Orçamental d	a Receita23



Tabela 16 – Despesas Correntes	24
Tabela 17 – Despesas de Capital	25
Tabela 18 – Exercício Económico de 2016	26
Tabela 19 – Evolução da Execução Orçamental da Despesa – 2010 a 2015	26
Tabela 20 – Evolução da Despesa – Corrente / Capital	27
Tabela 21 – Evolução da Despesa – Variação Anual em % (n / n-1)	27
Tabela 22 – Evolução da Despesa em %	28
Tabela 23 – Saldo entre Receitas e Despesas (Correntes e Capital)	30
Tabela 24 – Balanço	30
Tabela 25 – Ativo Bruto	32
Tabela 26 – Disponibilidades	32
Tabela 27 – Passivo de Médio e Longo Prazo	33
Tabela 28 – Evolução da Dívida à Banca em 2016	33
Tabela 29 – Apuramento da Média da Receita Corrente Líquida	34
Tabela 30 – Limite da Dívida Total (1,5 X Média da Receita Corrente Líquida)	35
Tabela 31 – Apuramento Dívida Total Excluindo Orçamentais	35
Tabela 32 – Apuramento da Margem Utilizável	35
Tabela 33 – Apuramento da Margem Disponível por Utilizar	35
Tabela 34 – Demonstração de Resultados	36
Tabela 35 – Resultados Operacionais	36
Tabela 36 – Resultados Financeiros	37
Tabela 37 – Resultados Extraordinários	37
Tabela 38 – Resultado Líquido	37
Tabela 39 – Dívidas de Terceiros	38
Tabela 40 – Dívidas a Terceiros	38



Índice de Gráficos

Gráfico 1 – PPI – Evolução do Investimento Realizado	10
Gráfico 2 - PPI - Evolução do Investimento Realizado (em %)	10
Gráfico 3 – AMR - Evolução do Investimento Realizado	13
Gráfico 4 – AMR - Evolução do Investimento Realizado (em %)	14
Gráfico 5 - Investimento <i>Per Capita</i>	14
Gráfico 6 – GOP – Evolução do Investimento Realizado	16
Gráfico 7 – GOP - Evolução do Investimento Realizado (em %)	16
Gráfico 8 – Evolução da Receita	21
Gráfico 9 – Evolução da Distribuição da Receita – Corrente Vs Capital	22
Gráfico 10 - Evolução da Natureza da Receita	22
Gráfico 11 – Evolução da Despesa com Pessoal / Despesa Corrente	24
Gráfico 12 – Evolução da Despesa com Pessoal / Despesa Total	25
Gráfico 13 – Evolução da Despesa – Corrente / Capital	27
Gráfico 14 – Evolução da Despesa	27
Gráfico 15 – Evolução da Despesa em %	28
Gráfico 16 – Comparativo Despesas Correntes vs Receitas Correntes	28
Gráfico 17 – Comparativo Despesas de Capital vs Receitas de Capital	29
Gráfico 18 – Evolução Temporal da Receita e da Despesa	29



1. Análise da Execução Orçamental

A atividade desenvolvida ao longo do exercício económico de 2016, correspondeu relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes), ao seguinte desempenho:

- O grau de execução Orçamental da Despesa ascendeu a 76,17% correspondendo a despesa paga no montante de 7.252.815,94 €, sendo que os compromissos assumidos para o exercício e exercícios futuros ascenderam a 9.207.229,03 €;
- A taxa de execução das Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos (PPI)
 e Atividades Mais Relevantes (AMR's)), foi de aproximadamente 64,35%, que corresponde a
 despesa paga no montante de 2.545.046,96 €;

1.1. Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

A Tabela abaixo ilustrada, sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem o PPI, correspondendo a uma taxa de realização global na ordem de 51,5%, com um investimento correspondente de 1.482.427,33 €.

Investimento por Setores Estruturais

Obj.	Prog.	Designação	Dotação Inicial	Dotação Final	Realizado	Taxa Realização
01	1.1	Administração Geral	342.924,00 €	393.029,76 €	332.339,43 €	84,6%
01	2.1	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	21.376,00 €	92.009,90 €	45,00 €	0,0%
02	3.2	Ação Social	5.000,00 €	13.575,42 €	0,00€	0,0%
02	4.2	Ordenamento do Território	5.000,00€	2.470,00 €	2.466,20 €	99,8%
02	4.4	Abastecimento de Água	74.084,00 €	689.926,79 €	56.451,56 €	8,2%
02	4.6	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	90.236,00 €	217.296,00 €	51.004,90 €	23,5%
02	5.1	Cultura	44.119,00 €	544.521,15 €	459.824,58 €	84,45%
02	5.2	Desporto, Recreio e Lazer	73.530,00 €	174.886,70 €	62.433,40 €	35,7%
02	5.3	Outras atividades cívicas e religiosas	5.000,00€	100,00 €	0,00€	0,0%
03	2.0	Indústria e Energia	19.630,00 €	19.630,00 €	0,00€	0,0%
03	3.1	Transportes Rodoviários	633.120,00 €	732.505,60 €	517.862,26 €	70,7%
03	4.1	Mercados e Feiras	0,00 €	1.255,54 €	0,00€	0,0%
03	4.2	Turismo	2.750,00 €	50,00 €	0,00€	0,0%
03	5.0	Outras Funções Económicas	0,00€	10,64 €	0,00€	0,0%
		Total	1.316.769,00 €	2.881.267,50 €	1.482.427,33 €	51,5%

Tabela 1 – Investimento por Setores Estruturais



Projetos Executados

Funções Gerais:

Administração Geral

- Sede da Junta de Freguesia da Criação Velha 10.031,88 €
- Aquisição e reparação de maquinaria e equipamento:
 - Equipamento de informática 8.561,76 €
 - o Software informática 8.765,74 €
 - o Equipamento administrativo 111.440,63 €
 - o Ferramentas e utensílios 3.192,62 €
 - Equipamento básico 58.299,41 €
- Reparação e conservação de Edifícios Municipais 132.047,39 €

Funções Sociais:

Ordenamento do Território

Revisão do Plano Diretor Municipal – 2.466,20 €

Abastecimento de Água

- Reparação e conservação da rede de águas e câmaras de perda de carga 19.282 €
- Aquisição e Reparação de Maquinaria e Equipamento
 - o Equipamento Básico 28.581,21 €
- Execução de Ramais Domiciliários 4.984,50 €
- Aquisição de Contadores de Água 3.602,92 €

Proteção do meio ambiente e conservação da natureza

- Melhoramento de zonas verdes e áreas urbanas 15.319,20 €
- Melhoramento de zonas balneares 19.460,70 €
- Ampliação do Cemitério de São Caetano 16.225,00 €

Cultura

- Iluminação das Festas Concelhias e Natal 12.374,84 €
- Madalenagir, S.A. Investimento na Dinamização Cultural do Concelho 447.449,74 €



Desporto, recreio e lazer

Melhoramento e Conservação do Complexo Desportivo Municipal – 62.433,40 €

Funções Económicas:

Transportes rodoviários

- Eletrificação do Cais do Mourato 9.613,00 €
- Infraestruturação em Lotes Municipais 216.619,15 €
- Reabilitação e correção de estradas:
 - o Materiais 37.970,61 €
 - Reabilitação e correção de estradas 137.027,19 €
- Aquisição de maquinaria e equipamento:
 - Equipamento de transporte 92.375,64 €
 - o Viaturas de recolha de lixo 21.116,82 €

No que concerne aos projetos do PPI executados no exercício de 2016, a destacar no âmbito das Funções Sociais, o programa 5.1 – Cultura com um investimento realizado no montante de 459.824,58€, assim como, nas Funções Económicas, o programa 3.1 – Transportes Rodoviários com um montante de investimento de 517.862,26 €.

No quadro seguinte, ilustra-se a evolução do investimento realizado, utilizando como indicador a Execução do PPI em termos percentuais e valor absoluto, face à respetiva dotação definida.

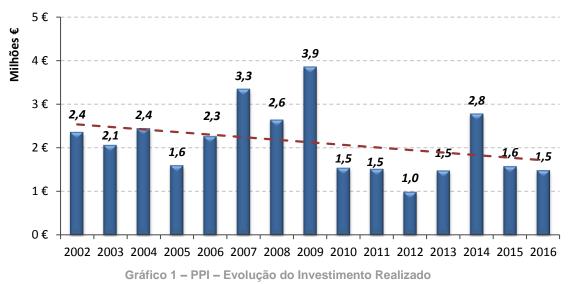
Evolução do Investimento Realizado

Designação	2013	2014	2015	2016
Dotação Final	4.657.633,00 €	4.996.949,08 €	2.629.602,00 €	2.881.267,50 €
Realizado	1.473.509,73 €	2.775.348,16 €	1.575.097,44 €	1.482.427,33 €
Taxa de Realização	31,6%	55,5%	59,9%	51,5%

Tabela 2 – PPI - Evolução do Investimento Realizado

O seguinte gráfico evidencia o montante de investimento realizado por exercício económico:





No gráfico seguinte pode-se observar a taxa de execução do PPI em cada exercício face à respetiva dotação definida:

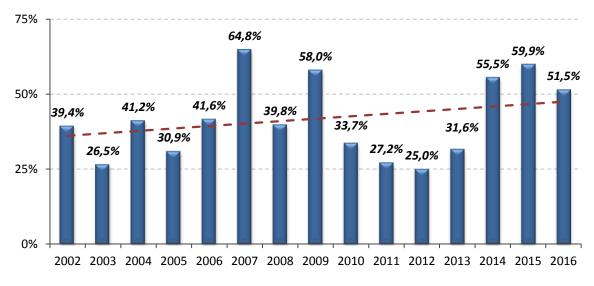


Gráfico 2 - PPI - Evolução do Investimento Realizado (em %)

1.2. Atividades Mais Relevantes (AMR)

O quadro abaixo sintetiza o desempenho da execução dos diversos programas que compõem as AMR's, correspondendo a uma taxa de realização global na ordem de 99,0% da dotação total com um investimento correspondente na ordem de 1.062.619,63 €.



Investimento por Setores Estruturais

Obj.	Prog.	Designação	Dotação Inicial	Dotação Final	Realizado	Taxa Realização
01	1.1	Administração Geral	2.200,00 €	210,00 €	0,00€	0,0%
01	2.1	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	8.600,00 €	8.600,00 €	8.000,00 €	93,0%
02	1.1	Ensino não Superior	40.000,00 €	40.000,00 €	40.000,00 €	100,0%
02	3.2	Ação Social	200,00 €	11.440,00 €	11.135,00 €	97,3%
02	4.6	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	0,00 €	100,00 €	0,00 €	0,0%
02	5.1	Cultura	503.250,00 €	458.359,01 €	455.527,06 €	99,4%
02	5.2	Desporto, Recreio e Lazer	230.090,00 €	246.947,91 €	246.097,23 €	99,7%
02	5.3	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	8.350,00 €	20.375,00 €	20.375,00 €	100,0%
03	2.0	Indústria e Energia	28.297,00 €	30.206,42 €	30.187,34 €	99,9%
03	3.1	Transportes Rodoviários	157.139,00 €	157.139,00 €	157.139,00 €	100,0%
03	4.1	Mercados e Feiras	0,00 €	4.139,00 €	0,00€	0,0%
03	4.2	Turismo	16.975,00 €	25.254,00 €	23.895,00 €	94,6%
03	5.0	Outras Funções Económicas	0,00 €	519,00 €	0,00 €	0,0%
04	2.0	Outras funções	50.264,00 €	50.264,00 €	50.264,00 €	100,0%
04	3.0	Diversas não especificadas	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	100,0%
		Total	1.065.365,00 €	1.073.553,34 €	1.062.619,63 €	99,0%

Tabela 3 – Investimento por Setores Estruturais

Projetos Executados

Funções Gerais:

Proteção Civil e luta contra incêndios

• Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Madalena - 8.000,00 €

Funções Sociais:

Ensino não Superior

• Apoio Escola Profissional do Pico – 40.000,00 €

Ação Social

- Agregados Familiares Carênciados Municipio
 - o Apoio Financeiro 7.005,00 €
- Projeto Social Valverde
 - o Estudos e Assessorias 4.130,00 €



Cultura

- Casa do Bom Jesus
 - o Projeto e Assessoria 7.670,00 €
- Festas de Santa Maria Madalena
 - o Materiais 5.578,00 €
 - o Transportes e Equipamentos 5.614,08 €
 - Estadia e deslocação de Artistas 4.257,77 €
 - o Promoção das Festas 2.921,64 €
 - Segurança das Festas 7.864,70 €
 - Trabalhos especializados 9.644,81 €
 - o Produção das Festas 305.476,06 €

Desporto, recreio e lazer

- Financiamento do Pavilhão do Candelária Sport Clube:
 - o Transferências Correntes 8.300,91 €
 - o Transferências de Capital 77.666,32 €
- Apoio a Instituições/Associações promotoras de Desporto 101.000,00 €
- Apoio Investimento Instituições Promotoras de Desporto 55.000,00 €
- Reabilitação do Parque de Campismo da Madalena
 - Projeto e Assessoria 4.130,00 €

Outras atividades cívicas e religiosas

- Apoio a Investimentos de Instituições de Caráter Cívico e Religioso 17.125,00 €
- Apoio a Instituições de carater cívico e religioso 3.250,00 €

Funções Económicas:

Indústria e energia

- Protocolo com Associação Comercial e Industrial da ilha do Pico:
 - Transferências Correntes 134,92 €
 - Transferências de Capital 30.052,42 €

Transportes rodoviários

Delegação de competências nas Juntas de Freguesia – 157.139,00 €



Turismo

- Aplicação Turística / Cultural APP Explore Madalena
 - Assessoria 4.130,00 €
- Município do Vinho 2017
 - o Eventos Promocionais 19.765,00 €

Outras Funções:

Transferências entre administrações

- Contribuição dos Municípios para o Capital do FAM 50.264,00 €
 Diversas não especificadas
- Apoio ao Centro Local de Aprendizagem Universidade Aberta 20.000,00 €

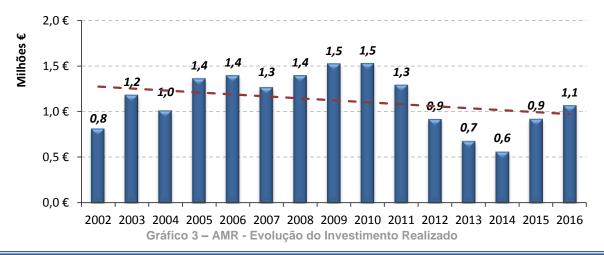
Abaixo, ilustra-se a evolução do Investimento Realizado, utilizando como indicador a execução das AMR's em percentagem e valor absoluto, face à respetiva dotação final.

Evolução do Investimento Realizado com as AMR

Designação	2013	2014	2015	2016
Dotação Final	1.240.238,00 €	1.063.237,51 €	1.262.419,29 €	1.073.553,34 €
Realizado	674.692,41 €	558.689,95 €	916.249,23 €	1.062.619,63 €
Taxa de Realização	54,4%	52,5%	72,6%	99,0%

Tabela 4 – AMR - Evolução do Investimento Realizado

O gráfico abaixo evidencia o montante de despesa realizada em cada um dos exercícios económicos analisados, em valor nominal:





No seguinte gráfico pode-se observar a evolução da taxa de execução das AMR's em cada exercício face à respetiva dotação definida:

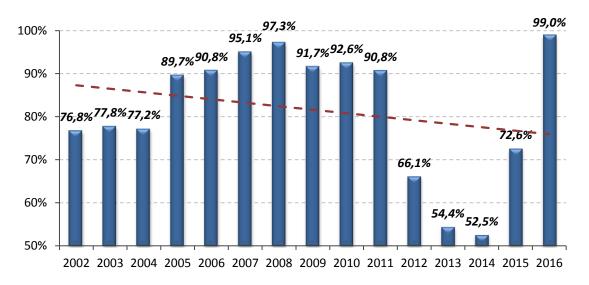
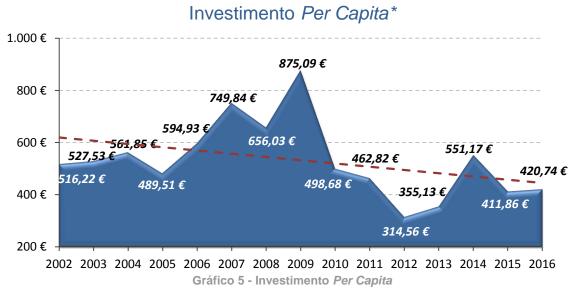


Gráfico 4 - AMR - Evolução do Investimento Realizado (em %)

1.3. Grandes Opções do Plano (GOP) - PPI e AMR

No que concerne ao Investimento referente às Grandes Opções do Plano, verificou-se um acréscimo para 420,74 € *per capita*.



(*) O conceito de Investimento *Per Capita* corresponde ao quociente entre o valor realizado das Grandes Opções do Plano e a População Residente, com base nos *CENSOS* de 2001 e 2011.



Investimento Realizado com Grandes Opções do Plano (GOP)

Obj.	Prog.	Designação	Dotação Inicial	Dotação Final	Realizado	Taxa Realização
01	1.1	Administração Geral	345.124,00 €	393.239,76 €	332.339,43 €	84,5%
01	2.1	Proteção Civil e Luta contra Incêndios	29.976,00 €	100.609,90 €	8.045,00 €	8,0%
02	1.1	Ensino não Superior	40.000,00 €	40.000,00 €	40.000,00 €	100,0%
02	3.2	Ação Social	5.200,00 €	25.015,42 €	11.135,00 €	44,5%
02	4.2	Ordenamento do Território	5.000,00 €	2.470,00 €	2.466,20 €	99,8%
02	4.4	Abastecimento de Água	74.084,00 €	689.926,79 €	56.451,56 €	8,2%
02	4.6	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	90.236,00 €	217.396,00 €	51.004,90 €	23,5%
02	5.1	Cultura	547.369,00 €	1.002.880,16 €	915.351,64 €	91,3%
02	5.2	Desporto, Recreio e Lazer	303.620,00 €	421.834,61 €	308.530,63 €	73,1%
02	5.3	Outras Atividades Cívicas e Religiosas	13.350,00 €	20.475,00 €	20.375,00 €	99,5%
03	2.0	Indústria e Energia	47.927,00 €	49.836,42 €	30.187,34 €	60,6%
03	3.1	Transportes Rodoviários	790.259,00 €	889.644,60 €	675.001,26 €	75,9%
03	4.1	Mercados e Feiras	0,00 €	5.394,54 €	0,00 €	0,0%
03	4.2	Turismo	19.725,00 €	25.304,00 €	23.895,00 €	94,4%
03	5.0	Outras Funções Económicas	0,00 €	529,64 €	0,00€	0,0%
04	2.0	Outras Funções	50.264,00 €	50.264,00 €	50.264,00 €	100,0%
04	3.0	Diversas não especificadas	20.000,00 €	20.000,00 €	20.000,00 €	100,0%
		Total	2.382.134,00 €	3.954.820,84 €	2.545.046,96 €	64,4%

Tabela 5 – Investimento Realizado com Grandes Opções do Plano (GOP)

Abaixo, ilustra-se a evolução do Investimento Realizado, utilizando como indicador a Execução das GOP em percentagem e valor absoluto, face à respetiva dotação definida.

Evolução do Investimento Realizado

Designação	2013	2014	2015	2016
Dotação Final	5.897.871,00 €	6.060.186,59 €	3.892.021,29 €	3.954.820,84 €
Realizado	2.148.202,14 €	3.334.038,11 €	2.491.346,67 €	2.545.046,96 €
Taxa de Realização	36,4%	55,0%	64,0%	64,4%

Tabela 6 – GOP - Evolução do Investimento Realizado



O seguinte gráfico evidencia o montante de despesa realizada em cada um dos exercícios económicos analisados.

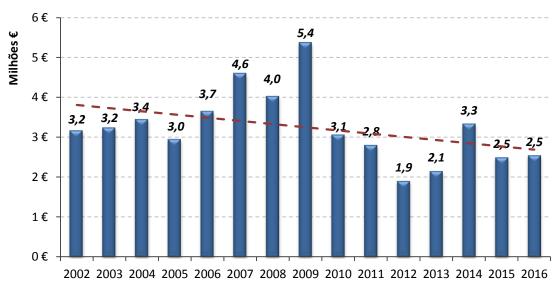


Gráfico 6 - GOP - Evolução do Investimento Realizado

No gráfico seguinte podemos observar a taxa de execução das GOP's em cada exercício face à respetiva dotação definida.

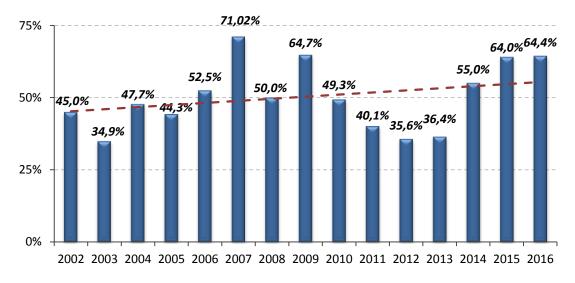


Gráfico 7 - GOP - Evolução do Investimento Realizado (em %)



1.4. Orçamento

Com o intuito de avaliar a execução orçamental, apresentam-se os seguintes mapas.

Resumo da Execução Orçamental

Na Gerência de 2016, as disponibilidades financeiras do Município da Madalena, da conta de execução orçamental, foram as seguintes:

	Valor
Saldo da Gerência Anterior (2015)	35.995,61 €
Receita Cobrada na Gerência	7.248.783,73 €
Soma	7.284.779,34 €
Reembolsos e restituições	5.326,26 €
Soma	7.290.105,60 €
Despesa efectuada na Gerência	7.252.815,94 €
Saldo para a Gerência seguinte (2017)	37.289,66 €

Tabela 7 – Resumo da Execução Orçamental



1.4.1. Orçamento da Receita

1.4.1.1. Receitas Correntes

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da Autarquia. Com uma execução inferior à dotação inicial, os 5.526.600,77 € representam uma base consistente no financiamento de um conjunto de despesas regulares e imprescindíveis ao funcionamento da Autarquia.

O seguinte mapa, ilustra a execução da receita corrente cobrada.

Class.	Designação	Dotação	Execução	Peso da Rúbrica	Execução
01	Impostos Diretos	714.984,00 €	745.967,05 €	13,50%	104,3%
02	Impostos Indiretos	205.606,00 €	201.618,90 €	3,65%	98,1%
04	Taxas, multas e outras penalidades	31.109,00 €	35.396,30 €	0,64%	113,8%
05	Rendimentos da propriedade	4.208,00 €	7,09 €	0,00%	0,2%
06	Transferências Correntes	3.796.734,00 €	3.787.981,73 €	68,54%	99,8%
07	Venda de bens e serviços correntes	776.074,00 €	750.639,23 €	13,58%	96,7%
08	Outras Receitas Correntes	38.568,00 €	4.990,47 €	0,09%	12,9%
	Total de Receitas Correntes Cobradas	5.567.283,00 €	5.526.600,77 €	100,00%	99,3%

Tabela 8 - Receitas Correntes

A receita corrente cobrada, com maior relevância advém das seguintes rubricas:

Impostos Diretos

- Imposto Municipal sobre Imóveis 491.690,47 €
- Imposto Único de Circulação 113.500,67 €
- Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis 140.775,91 €

Transferências Correntes

- Administração Central
 - o Fundo de Equilíbrio Financeiro 3.496.668,32 €
 - o Fundo Social Municipal 113.907,00 €
 - o Participação Variável do IRS 147.642,00 €



Venda de Bens e Serviços Correntes

- Água 427.259,88 €
- Serviços específicos das Autarquias, nomeadamente Resíduos Sólidos 191.377,23 €

1.4.1.2. Receitas de Capital

Relativamente às receitas de capital, os passivos financeiros representaram 65,73% do total da receita de capital cobrada, sendo que as transferências de capital representaram 30,79%:

Class.	Designação	Dotação	Execução	Peso da Rúbrica	Execução
09	Venda de Bens de Investimento	633.640,00 €	59.847,02 €	3,48%	9,4%
10	Transferências de Capital	1.684.632,32 €	529.330,94 €	30,79%	31,4%
12	Passivos Financeiros	1.600.000,00 €	1.130.000,00 €	65,73%	70,6%
	Total de Receitas de Capital Cobradas	3.918.272,32 €	1.719.177,96 €	100,00%	43,9%

Tabela 9 - Receitas de Capital

A receita de capital cobrada, com maior relevância tem origem nas seguintes rubricas:

Transferências de Capital

- Fundo de Equilíbrio Financeiro 388.519,00 €
- PROCONVERGENCIA 116.539,77 €

Passivos Financeiros

- Empréstimos a Curto Prazo 530.000,00 €
- Empréstimos a Médio e Longo Prazo 600.000,00 €



1.4.1.3. Análise Global da Receita

A seguinte tabela ilustra a evolução das transferências do Orçamento de Estado para o Município da Madalena:

Designação	OE 2013	OE 2014	OE 2015	OE 2016				
Transferências Correntes								
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.033.810 €	3.313.534 €	3.455.776 €	3.496.668 €				
Fundo Social Municipal	113.907 €	113.907 €	125.807 €	113.907 €				
Participação variável no IRS	105.708 €	105.786 €	130.909 €	147.642 €				
Transferências de Capital								
Fundo de Equilíbrio Financeiro	758.452 €	368.170 €	383.975 €	388.519 €				
Total	4.011.877 €	3.901.397 €	4.096.467 €	4.146.736 €				

Tabela 10 – Transferências do Orçamento de Estado

Designação	OE 2014	OE 2015	OE 2016			
Transferências Correntes						
Fundo de Equilíbrio Financeiro	279.724 €	421.966 €	462.858 €			
Fundo Social Municipal	0€	11.900 €	0€			
Participação variável no IRS	78 €	25.201 €	41.934 €			
	Transferências de	e Capital				
Fundo de Equilíbrio Financeiro	-390.282 €	-374.477 €	-369.933 €			
Total	-110.480 €	84.590 €	134.859 €			

Tabela 11 – Transferências do Orçamento de Estado comparativamente com 2013

O Orçamento do Estado referente ao exercício de 2016, traduziu-se num aumento ao nível das transferências para o Município da Madalena na ordem de 1,23 %, comparativamente com o Orçamento do Estado de 2015, sendo que comparativamente com o exercício de 2011, verifica-se ainda uma redução na ordem de 76.326,00 €.

Procedendo à análise global da receita, o Município contou no exercício económico de 2016 com receitas na ordem de 7.284.779,34 €, incluindo o saldo da Gerência anterior (35.995,61 €) e reposições não abatidas nos pagamentos (3.005,00 €).



Ilustra-se, através das seguintes tabelas e gráficos a variação das Receitas de Capital e Correntes no período em análise.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	3.569.004,00 €	4.514.890,25 €	4.921.504,02 €	5.270.719,41 €	5.526.600,77 €
Receitas de Capital	1.746.630,04 €	2.406.011,69 €	2.269.649,56 €	1.599.489,06 €	1.719.177,96 €

Tabela 12 – Evolução da Receita

A tabela seguinte permite constatar a evolução das receitas ao longo dos últimos exercícios económicos. Comparativamente com o exercício económico de 2015, verifica-se que as receitas de capital apresentam um acréscimo de 7,48%, e as receitas correntes apresentam um acréscimo na ordem de 4,85%.

Evolução das Receitas — Variação Anual em % (n / n-1)

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	-4,63%	26,50%	9,01%	7,10%	4,85%
Receitas de Capital	-19,43%	37,75%	-5,67%	-29,53%	7,48%

Tabela 13 - Evolução das Receitas - Variação Anual em % (n / n-1)



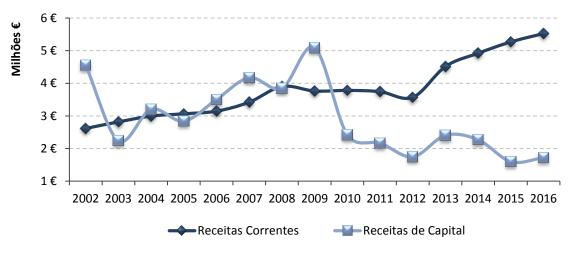


Gráfico 8 - Evolução da Receita



Evolução da Distribuição da Receita - Corrente Vs Capital



Gráfico 9 – Evolução da Distribuição da Receita – Corrente Vs Capital

Evolução da Natureza da Receita

(Receitas Correntes / Receitas Totais e Receitas de Capital / Receitas Totais)

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Receitas Correntes	67,14%	65,24%	68,44%	76,72%	76,27%
Receitas de Capital	32,86%	34,76%	31,56%	23,28%	23,73%

Tabela 14 – Evolução da Natureza da Receita

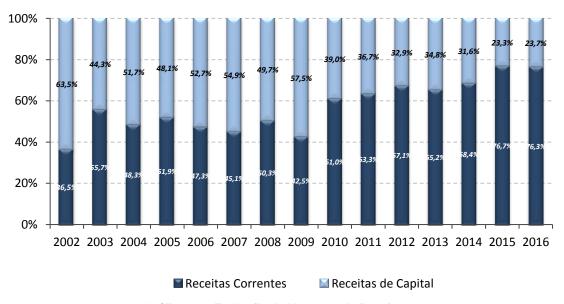


Gráfico 10 - Evolução da Natureza da Receita



Evolução da Execução Orçamental da Receita (Excluindo saldos de gerência e reposições não abatidas nos pagamentos)

Exercício	rcício Dotação Receita Cobrada		Execução
	Corr	ente	
2010	3.958.221,00 €	3.781.005,64 €	95,5%
2011	3.930.844,00 €	3.742.318,55 €	95,2%
2012	3.907.540,00 €	3.569.004,00 €	91,3%
2013	4.445.301,00 €	4.514.890,25 €	101,6%
2014	4.925.660,34 €	4.921.504,02 €	99,9%
2015	5.256.019,00 €	5.270.719,41 €	100,3%
2016	5.567.283,00 €	5.526.600,77 €	99,3%
	Сар	pital	
2010	5.936.437,00 €	2.418.584,05 €	40,7%
2011	6.843.024,00 €	2.167.943,03 €	31,7%
2012	5.548.058,30 €	1.746.630,04 €	31,5%
2013	6.719.199,72 €	2.406.011,69 €	35,8%
2014	5.432.972,23 €	2.269.649,56 €	41,8%
2015	3.538.801,00 €	1.599.489,06 €	45,2%
2016	3.918.272,32 €	1.719.177,96 €	43,9%

Tabela 15 – Evolução da Execução Orçamental da Receita



1.4.2. Orçamento da Despesa

1.4.2.1. Despesas Correntes

As Despesas Correntes com uma execução de 92,3%, representam cerca de 4.572.753,62 €. Na sua composição, as rúbricas com maior representatividade são: Despesas com Pessoal, Aquisição de Bens e Serviços e Transferências Correntes:

Class.	Designação	Dotação	Execução	Peso da Rúbrica	Execução
	Assembleia Municipal				
01	Despesas com pessoal	12.500,00 €	5.556,50 €	0,12%	44,5%
02	Aquisição de bens e serviços	1.100,00 €	132,58 €	0,00%	12,1%
	Câmara Municipal				
01	Despesas com pessoal	2.172.988,04 €	2.141.269,93 €	46,83%	98,5%
02	Aquisição de bens e serviços	2.046.207,10 €	1.739.809,81 €	38,05%	85,0%
03	Juros e outros encargos	47.746,00 €	29.455,27 €	0,64%	61,7%
04	Transferências correntes	618.284,91 €	614.299,57 €	13,43%	99,4%
05	Subsídios	100,00€	0,00€	0,00%	0,0%
06	Outras despesas correntes	53.327,96 €	42.229,96 €	0,92%	79,2%
	Total de Despesas Correntes	4.952.254,01 €	4.572.753,62 €	100,00%	92,3%

Tabela 16 - Despesas Correntes

Abaixo ilustram-se os gráficos que representam a evolução da despesa com pessoal, comparando o seu peso no total da Despesa Corrente e Despesas Totais do Município.





Gráfico 11 - Evolução da Despesa com Pessoal / Despesa Corrente



Verifica-se que, o peso da Despesa com Pessoal no total da Despesa Corrente, baixou de 59,5% em 2014, para 49,6% em 2015 e 46,9% em 2016, sendo que o peso da Despesa com Pessoal na Despesa Total baixou pela primeira vez os 30% nos últimos sete Exercícios Económicos, sendo que em 2016 o seu peso foi de 29,6%.

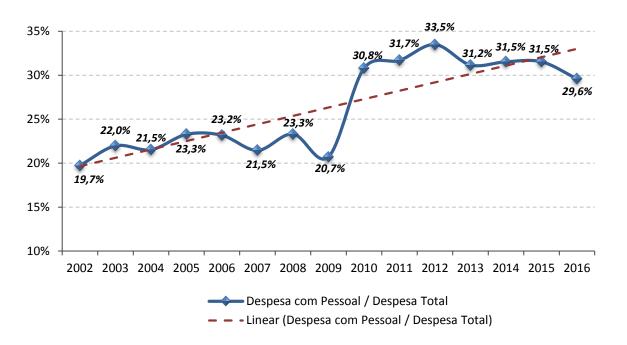


Gráfico 12 - Evolução da Despesa com Pessoal / Despesa Total

1.4.2.2. Despesas de Capital

As Despesas de Capital com uma execução de 58,6% representam cerca de 2.680.062,32 €. Na sua composição é notório o peso da rúbrica Aquisição de Bens de Capital, que representa 55,31%, e Passivos Financeiros, que representa 35,84% tendo em consideração o montante global das Despesas de Capital.

Class.	Designação	Dotação	Execução	Peso da Rúbrica	Execução
07	Aquisição de bens de capital	2.881.267,50 €	1.482.427,33 €	55,31%	51,5%
08	Transferências de capital	188.164,42 €	186.848,74 €	6,97%	99,3%
09	Ativos financeiros	50.264,00 €	50.264,00 €	1,88%	100,0%
10	Passivos financeiros	1.449.021,00 €	960.522,25 €	35,84%	66,3%
11	Outras Despesas de Capital	1.000,00 €	0,00€	0,00%	0,0%
	Total de Despesas de Capital	4.569.716,92 €	2.680.062,32 €	100,00%	58,6%

Tabela 17 - Despesas de Capital



1.4.2.3. Análise Global da Despesa

A Despesa Total paga no exercício ascendeu a 7.252.815,94 €, dos quais 63,0% reportam a despesas correntes e 37,0% a despesas de capital.

Exercício Económico de 2016

Despesas	Dotação	Execução	Peso da Rúbrica	Execução
Despesas Correntes	4.952.254,01 €	4.572.753,62 €	63,0%	92,3%
Despesas de Capital	4.569.716,92 €	2.680.062,32 €	37,0%	58,6%
Total Geral	9.521.970,93 €	7.252.815,94 €	100,0%	76,2%

Tabela 18 – Exercício Económico de 2016

Evolução da Execução Orçamental da Despesa - 2010 a 2016

Exercício	cício Dotação Montante liquidado		Execução
	Corre	entes	
2010	4.190.117,52 €	3.653.323,81 €	87,2%
2011	3.967.083,97 €	3.435.404,96 €	86,6%
2012	3.925.748,26 €	3.457.317,74 €	88,1%
2013	4.473.478,45 €	3.589.832,17 €	80,2%
2014	4.589.058,80 €	3.809.692,50 €	83,0%
2015	5.069.856,85 €	4.411.343,46 €	87,0%
2016	4.952.254,01 €	4.572.753,62 €	92,3%
	Сар	pital	
2010	5.993.939,00 €	2.756.423,01 €	46,0%
2011	6.898.140,00 €	2.548.339,68 €	36,9%
2012	5.496.844,30 €	1.842.041,18 €	33,5%
2013	6.692.945,00 €	3.276.362,41 €	49,0%
2014	5.860.280,65 €	3.381.123,93 €	57,7%
2015	3.831.401,00 €	2.532.900,12 €	66,1%
2016	4.569.716,92 €	2.680.062,32 €	58,6%

Tabela 19 – Evolução da Execução Orçamental da Despesa – 2010 a 2016



Evolução da Despesa - Corrente / Capital

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	3.457.317,74 €	3.589.832,17 €	3.809.692,50 €	4.411.343,46 €	4.572.753,62 €
Despesas de Capital	1.842.041,18 €	3.276.362,41 €	3.381.123,93 €	2.532.900,12 €	2.680.062,32 €

Tabela 20 - Evolução da Despesa - Corrente / Capital

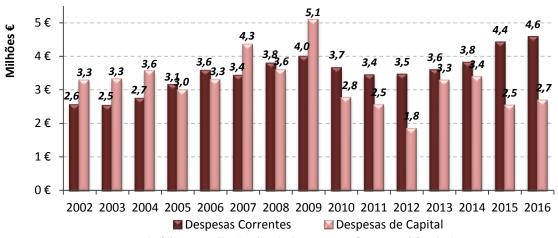
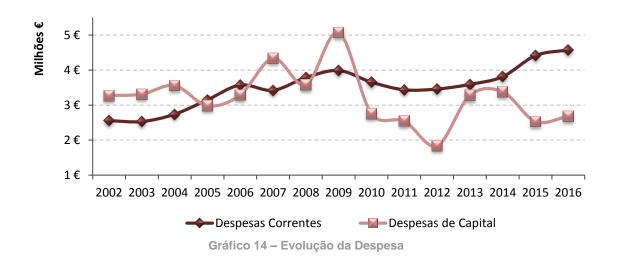


Gráfico 13 - Evolução da Despesa - Corrente / Capital

Evolução da Despesa — Variação Anual em % (n / n-1)

Designação	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	3,83%	6,12%	15,79%	3,66%
Despesas de Capital	77,87%	3,20%	-25,09%	5,81%

Tabela 21 – Evolução da Despesa – Variação Anual em % (n / n-1)





Evolução da Despesa em %

(Despesas Correntes / Despesas Totais e Despesas Capital / Despesas Totais)

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas Correntes	65,24%	52,28%	52,98%	63,53%	63,05%
Despesas de Capital	34,76%	47,72%	47,02%	36,47%	36,95%

Tabela 22 – Evolução da Despesa em %

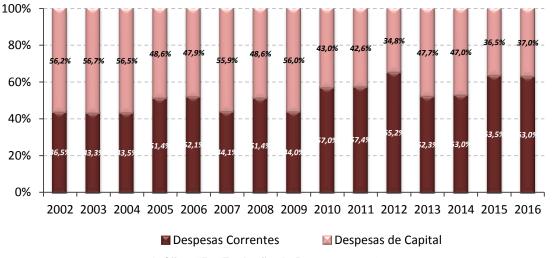


Gráfico 15 – Evolução da Despesa em %

Comparativo Despesas Correntes vs Receitas Correntes

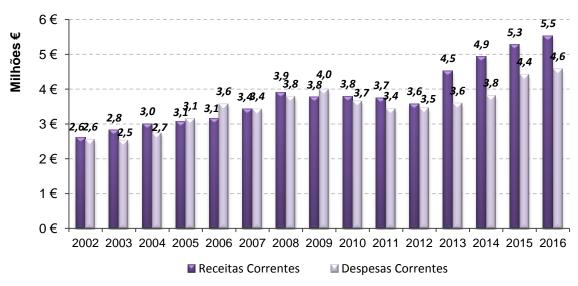


Gráfico 16 – Comparativo Despesas Correntes vs Receitas Correntes





Gráfico 17 – Comparativo Despesas de Capital vs Receitas de Capital

No seguinte gráfico, ilustra-se a evolução temporal da Receita e Despesa;

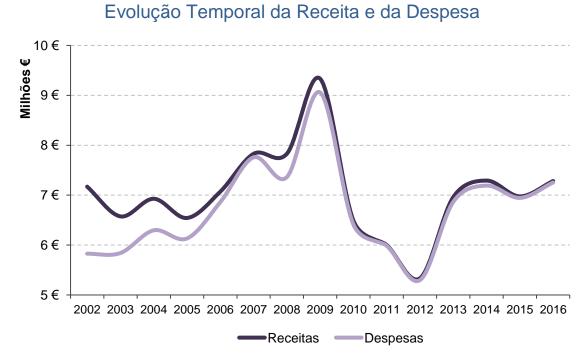


Gráfico 18 - Evolução Temporal da Receita e da Despesa



No exercício económico de 2016 registaram-se os seguintes valores:

Designação	Valor
Receitas Correntes	5.526.600,77 €
Despesas Correntes	4.572.753,62 €
Saldo	953.847,15 €

Designação	Valor
Receitas de Capital	1.719.177,96 €
Despesas de Capital	2.680.062,32 €
Saldo	-960.884,36 €

Tabela 23 - Saldo entre Receitas e Despesas (Correntes e Capital)

2. Análise da Situação Económica e Financeira

A análise económico-financeira sintetiza os resultados obtidos pelo Município da Madalena, em 31 de Dezembro de 2016.

2.1. Balanço

Enquanto a execução orçamental reflete a receita e a despesa de determinado exercício económico, o Balanço e a Demonstração de Resultados espelham a atividade do Município da Madalena a nível patrimonial, demonstrando os seus bens, direitos e obrigações.

Ativo	2015	2016	Fundos Próprios	2015	2016
Imobilizado			Património	7.500.330,40 €	7.500.330,40 €
Bens de domínio público	13.368.640,17 €	13.008.757,12 €	Ajustamento de partes de capital em empresas	212.226,61 €	0,00€
Imobilizações incorpóreas	14.074,94 €	328.051,36 €	Reservas	403.963,60 €	414.182,19 €
Imobilizações corpóreas	17.068.658,10 €	19.381.892,29 €	Resultados transitados	6.817.026,34 €	7.011.179,49 €
Investimentos Financeiros	917.349,15 €	366.848,59 €	Resultados líquidos do exercício	204.371,74 €	-56.475,99 €
			Passivo		
Circulante			Provisões para riscos e encargos	50.000,00€	50.000,00 €
Existências	73.383,42 €	82.041,35 €	Dívidas a terceiros - M/L Prazo	2.077.974,51 €	2.307.999,79 €
Dívidas de terceiros - CP	277.869,67 €	142.863,70 €	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	780.537,31 €	1.612.359,45 €
Depósitos bancários e caixa	65.671,63 €	50.394,69 €	Acréscimos e diferimentos	13.819.147,51 €	14.581.417,02 €
Acréscimos e diferimentos	79.930,94 €	60.143,25 €			
Total do Ativo	31.865.578,02 €	33.420.992,35 €	Total dos Fundos Próprios e Passivo	31.865.578,02 €	33.420.992,35 €

Tabela 24 – Balanço



A atividade de um Município tem aspetos muito particulares, bem distintos da atividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo final da maximização do lucro, boa parte da atividade dos Municípios está concentrada, não na produção de bens ou serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos Munícipes, ou seja, no aumento do bem-estar público. Deste modo, a análise financeira, quando aplicada a um Município, deverá sofrer as necessárias adaptações.

Relativamente ao exercício de 2016, há que salientar os seguintes indicadores:

- O ativo fixo líquido ascende a 33.085.549,36 € em 2016, o que representa um acréscimo de 1.716.827,00 € face a 2015;
- O endividamento representa cerca de 12% do total do ativo, em 2016;
- Na estrutura de endividamento o peso da dívida a curto prazo subiu ligeiramente para os 5%;
- O peso do endividamento global nas receitas totais subiu de 42% em 2015, para 55% em 2016, sendo que, o peso do endividamento de médio e longo prazo nas receitas totais subiu ligeiramente dos 30% registados em 2015, para 32% em 2016;
- A liquidez geral baixou de 53% em 2015 para 17% em 2016, assim como a liquidez reduzida e liquidez imediata, que baixaram para 12% e 3% respetivamente;
- A autonomia financeira baixou para 44%;



2.1.1. Imobilizado

Ativo Bruto				
Rúbricas	2015	2016		
Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	35.598,45 €	35.598,45 €		
Edifícios	776.950,37 €	776.950,37 €		
Outras Construções e infra-estruturas	18.950.344,10 €	19.452.206,64 €		
Bens do património histórico, artístico e cultural	12.980,00 €	12.980,00 €		
Outros bens de domínio público	816.434,96 €	831.754,16 €		
Imobilizações em curso	3.540,00 €	19.765,00 €		
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de Instalação	0.00 €	477.998,38 €		
Despesas de investigação e desenvolvimento	323.849.79 €	323.849.79 €		
Propriedade industrial e outros direitos	205.917,33 €	208.778,05 €		
Imobilizações em curso	0,00 €	2.466,20 €		
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	348.865,34 €	548.548,32 €		
Edifícios e outras construções	19.476.139,23 €	21.555.086,56 €		
Equipamento básico	575.127,66 €	762.964,18 €		
Equipamento de transporte	865.405,56 €	988.413,62 €		
Ferramentas e utensílios	66.309,10 €	68.454,82 €		
Equipamento administrativo	437.816,66 €	566.511,95 €		
Outras imobilizações corpóreas	405.795,74 €	552.535,52 €		
Imobilizações em curso	0,00 €	121.046,68 €		
Investimentos Financeiros				
Partes de Capital	565.500,56 €	15.000,00€		
Obrigações e títulos de participação	351.848,59 €	351.848,59 €		
Total	44.218.423,44 €	47.672.757,28 €		

Tabela 25 - Ativo Bruto

2.1.2. Disponibilidades

Disponibilidades				
	1 de Janeiro 2016	31 de Dezembro 2016		
<u>Depósitos Bancários</u>				
Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo	1.841,14 €	902,95 €		
Banco Santander Totta	2.253,47 €	20.709,47 €		
Caixa Económica Montepio Geral	4.316,57 €	2.782,44 €		
Caixa Geral de Depósitos	41.016,94 €	19.851,84 €		
BANIF - Banco Internacional do Funchal	11.041,45 €	0,00€		
Millennium BCP	2.371,32 €	1.653,45 €		
Novo Banco dos Açores	1.843,90 €	2.966,37 €		
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL	986,84 €	1.528,17 €		
Total	65.671,63 €	50.394,69 €		

Tabela 26 – Disponibilidades



2.1.3. Passivo de Médio e Longo Prazo

Dívidas a Instituições de Crédito				
	1 de Janeiro 2016	31 de Dezembro 2016		
Componente a pagar a Curto Prazo				
Banco Santander Totta		222.272,47 €		
Caixa Geral de Depósitos		102.526,19 €		
BANIF - Banco Internacional do Funchal		0,00 €		
Millennium BCP		83.978,92 €		
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL		17.790,00 €		
Componente a pagar a Médio e Longo Prazo				
Banco Santander Totta	918.817,41 €	701.690,05 €		
Caixa Geral de Depósitos	236.501,73 €	1.133.033,10 €		
BANIF - Banco Internacional do Funchal	245.840,89 €	0,00 €		
Millennium BCP	587.852,48 €	419.894,64 €		
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores, CRL	88.962,00 €	53.382,00 €		
Total	2.077.974,51 €	2.734.567,37 €		

Tabela 27 – Passivo de Médio e Longo Prazo

	Valor
Montante em 01.01.2016	2.077.974,51 €
Aumento da dívida	1.617.115,11 €
Diminuição da dívida	960.522,25 €
Montante a 31.12.2016	2.734.567,37 €

Tabela 28 – Evolução da Dívida à Banca em 2016

2.1.4. Endividamento

Considerando que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeira das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais – RFALEI) veio, no seu artigo 52.º, estabelecer um novo conceito no que concerne ao endividamento municipal, que é o da dívida total de operações orçamentais, regendo-se pelos seguintes normativos:

 Artigo 52.º - Definição do limite total que não pode ultrapassar em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;



 O n.º 2 do artigo 52.º do RFLAEI – A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais;

No artigo 54.º do RFLAEI definem-se as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total, sendo:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente
 de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado,
 de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo
 expressos das assembleias municipais respetivas, ou na sua ausência, de forma
 proporcional à quota de cada município para a suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19º e 51º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou Regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio das contas previstas no artigo 40.º daquela Lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do Município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total. A dívida total de operações orçamentais será o valor relevante para efeitos de verificação do cumprimento do limite de endividamento estabelecido no artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, bem como para aferir os municípios que se encontram em situação de saneamento financeiro (artigo 58.º) e em situação de rutura financeira (artigo 61.º);

Receita Corrente	Receita Corrente	Receita Corrente	Total	Média da Receita
Líquida 2013	Líquida 2014	Líquida 2015		Corrente Líquida
4.514.890 €	4.921.504 €	5.270.719 €	14.707.113 €	4.902.371 €

Tabela 29 – Apuramento da Média da Receita Corrente Líquida



Limite da Dívida Total

7.353.557 €

Tabela 30 – Limite da Dívida Total (1,5 X Média da Receita Corrente Líquida)

Limite	Total da Dívida a Terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais
		<u>1-</u>	<u>Jan-16</u>	
7.353.557€	2.858.512 €	667.126 €	3.525.638 €	3.194.718 €
7.353.557 €	31-Dez-16			
	3.920.359 €	2.069 € *	3.922.428 €	3.658.003 €

^{*} AMRAA, AMIP, ANMP e AMPV

Tabela 31 – Apuramento Dívida Total Excluindo Orçamentais

Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
	<u>1-Jan-16</u>	
- €	4.158.839 €	831.768 €
	<u>31-Dez-16</u>	
- €	3.695.554 €	739.111 €

Tabela 32 – Apuramento da Margem Utilizável

Conclui-se que no final do económico de 2016, face ao limite de endividamento supra identificado, a margem / capacidade de endividamento corresponde ao montante de 368.483 €:

Variação da Dívida %	14,50%
Margem disponível por Utilizar	368.483 €

Tabela 33 – Apuramento da Margem Disponível por Utilizar



2.2. Demonstração de Resultados (Por Natureza)

O Município da Madalena encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2016 com um Resultado Líquido negativo de 56.475,99 €, resultado originado essencialmente pelo aumento de 9,2% verificado nos Custos Operacionais, nomeadamente nas rúbricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Amortizações do Exercício, conjugado com o aumento verificado ao nível dos Custos Extraordinários.

A Demonstração de Resultados será então, o reflexo dos custos e proveitos da atividade Municipal em 2016, sintetizada no quadro abaixo:

Demonstração de Resultados					
2015 20					
Resultados Operacionais	72.994,06 €	-281.192,38 €			
Resultados Financeiros	-332.741,08 €	-39.844,37 €			
Resultados Correntes	-259.747,02 €	-321.036,75 €			
Resultados Extraordinários	464.118,76 €	264.560,76 €			
Resultado Líquido do Exercício	204.371,74 €	-56.475,99 €			

Tabela 34 - Demonstração de Resultados

Resultados Operacionais

Resultados Operacionais					
Proveitos Operacionais		Custos Operacionais			
Vendas e prestação de serviços	665.845,62 €	E CMVMC 39.			
Impostos e taxas	992.121,57 €	Fornecimentos e Serviços Externos	1.825.239,12 €		
Variação da produção	0,00 €	0 € Custos com o pessoal 2.108			
Trabalhos para a própria entidade	3.219,02 €	2 € Transferências e Subsídios Correntes concedidos 505			
Proveitos suplementares	11.311,03 €	Amortizações do Exercício	1.615.949,05 €		
Transferências e Subsídios obtidos	4.170.180,17 €	Provisões do Exercício	0,00 €		
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00 €	Outros custos operacionais	29.556,44 €		
Total	5.842.677,41 €	Total	6.123.869,79 €		

Tabela 35 - Resultados Operacionais



Resultados Financeiros

Resultados Financeiros					
Proveitos Financeiros	Custos Financeiros				
Proveitos e ganhos financeiros	7,09 €	Custos e perdas financeiras	39.851,46 €		
Total	7,09 €	Total	39.851,46 €		

Tabela 36 - Resultados Financeiros

Resultados Extraordinários

Resultados Extraordinários				
Proveitos Extraordinários Custos Extraordinários				
Proveitos e ganhos extraordinários 711.509,60 €		Custos e perdas extraordinárias	446.948,84 €	
Total	711.509,60 €	Total	446.948,84 €	

Tabela 37 – Resultados Extraordinários

Resultado Líquido

O Resultado Líquido do Exercício deverá ser registado integralmente em Resultados Transitados.

Resultado Líquido					
Proveitos do Exercício		Custos do Exercício			
Proveitos totais	6.554.194,10 €	Custos e perdas do exercício	6.610.670,09 €		
Total	6.554.194,10 €	Total	6.610.670,09 €		

Tabela 38 – Resultado Líquido



3. Evolução das Dívidas de Curto, Médio e Longo Prazo

3.1. Dívidas de Terceiros

	2012	2013	2014	2015	2016
Clientes C/c	1.788,38 €	1.788,38 €	18.252,66 €	11.972,32 €	8.822,99 €
Contribuintes C/c	0,00€	0,00€	96,26 €	308,48 €	246,75 €
Utentes C/c	7.192,65 €	37.786,73 €	89.692,91 €	99.335,52 €	83.197,62 €
Estado e outros entes públicos	10.755,79 €	17.467,92 €	33.563,63 €	33.976,35 €	59.131,26 €
Outros devedores	34.001,12 €	690.514,11 €	88.379,02 €	132.277,00 €	-8.534,92 €
Total Geral	53.737,94 €	747.557,14 €	229.984,48 €	277.869,67 €	142.863,70 €

Tabela 39 - Dívidas de Terceiros

3.2. Dívidas a Terceiros

No exercício de 2016, procedeu-se a uma alteração no registo da dívida de Médio e Longo Prazo, que neste caso refere-se apenas a dívida a Instituições de Crédito, passando a estar desagregada a componente denominada de Curto Prazo, que corresponde aos empréstimos de médio e longo prazo a amortizar no horizonte temporal de um ano.

Na tabela abaixo ilustrada, na linha referente ao Médio e Longo Prazo estão os valores da dívida a Instituições de Crédito verificados no final de cada exercício económico. Na segunda linha, relativa ao Curto Prazo, as dívidas a fornecedores c/c (229.707,61 €), clientes e utentes c/ cauções (340,25 €), fornecedores de imobilizado, c/c (492.125,99 €), Estado e outros entes públicos (6.072,81 €) e Componente de c/Prazo de dívidas a instituições de crédito de M/L Prazo (426.567,58 €).

	2012	2013	2014	2015	2016
Médio e Longo Prazo	3.764.166,26 €	2.659.055,75 €	2.217.792,84 €	2.077.974,51 €	2.307.999,79 €
Curto Prazo	609.984,43 €	1.021.370,24 €	1.085.038,40 €	780.537,31 €	1.612.359,45 €
Total Geral	4.374.150,69 €	3.680.425,99 €	3.302.831,24 €	2.858.511,82 €	3.920.359,24 €

Tabela 40 - Dívidas a Terceiros



4. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, refere o seguinte:

- 2.7.3.1 A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.
- 2.7.3.2 No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 "Resultados transitados".
- 2.7.3.3 Quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:
 - o a) Reforço do património;
 - b) Constituição ou reforço de reservas.
- 2.7.3.4 É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51
 "Património" corresponda a 20% do ativo líquido.
- 2.7.3.5 Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 "Reservas Legais", no valor mínimo de 5% do Resultado Liquido do Exercício.

Assim, para cumprimento desta norma legal, a Câmara Municipal, propõe que o Resultado Liquido do Exercício, no montante de **-56.475,99 €**, seja aplicado da seguinte forma:

Resultados transitados: -56.475,99 €



Anexos às Demonstrações Financeiras



8. Anexos às Demonstrações Financeiras

8.1. Caracterização da Entidade

8.1.1. Identificação

A Câmara Municipal é uma pessoa coletiva de direito público, contribuinte n.º 512070946, com sede no Largo Cardeal Costa Nunes, na Madalena. Em termos de regime financeiro de IVA, a Autarquia aplica o regime normal de periodicidade trimestral.

8.1.2.Legislação

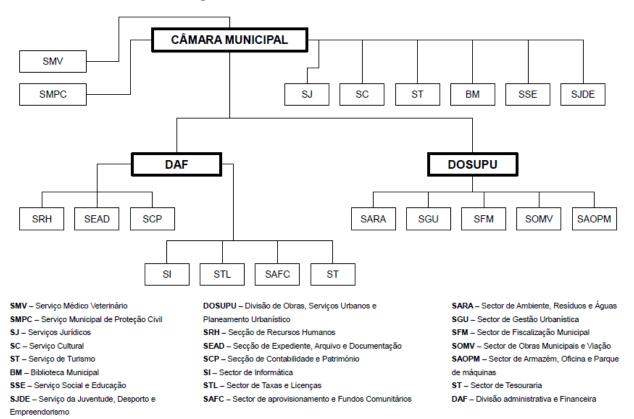
A orgânica da Câmara Municipal da Madalena do Pico havia sido objeto de uma última alteração em dezembro de 2010, tendo em conta o disposto no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, que veio estabelecer o novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais.

Foi entretanto publicada a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que veio adaptar à Administração Local o Estatuto do Pessoal Dirigente dos serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado constante da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua versão atual introduzida pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, determinando, entre outras novas regras, um conjunto de critérios de cuja aplicação resulta a delimitação máxima do número de dirigentes, por nível e grau, para cada Município, devendo estes, no limite daquelas regras, aprovar a adequação das suas estruturas orgânicas, nos termos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro.

Deste modo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, e de acordo com o disposto na alínea *n*) do n.º 2 do artigo 53.º, e na alínea *a*) do n.º 6 do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o disposto na Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foram aprovadas as alterações à estrutura orgânica dos serviços municipais, e publicada pelo Aviso n.º 1522/2013 do Diário da República, II Série n.º 17, de 24 de janeiro de 2013.



8.1.3. Estrutura Organizacional



8.1.4. Descrição Sumária das Atividades

8.1.4.1. Divisão Administrativa e Financeira

À Divisão Administrativa e Financeira, composta pela Secção de Recursos Humanos, Secção de Expediente, Arquivo e Documentação, Serviço de Contabilidade e Património, Setor de Informática, Setor de Taxas e Licenças, Setor de Aprovisionamento e Fundos Comunitários e Setor de Tesouraria, compete:

- Assegurar a execução de todas as tarefas de apoio instrumental nos domínios financeiro e patrimonial e da administração dos recursos humanos, de acordo com as disposições legais aplicáveis e segundo critérios de boa gestão;
- Assegurar as tarefas inerentes à receção, classificação, expedição e arquivo de todo o expediente;
- Propor e colaborar na execução de medidas tendentes ao aperfeiçoamento organizacional e á racionalização de recursos;
- Organizar e dar sequência aos processos administrativos do interesse dos munícipes;
- Assegurar a gestão e manutenção das instalações;



- o Promover e zelar pela arrecadação das receitas do município;
- o Dar apoio aos órgãos do município e às juntas de freguesia no âmbito da gestão financeira;
- Promover e participar na elaboração do orçamento e conta de gerência;

8.1.4.2. Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Planeamento Urbanístico

À Divisão de Urbanismo e Ambiente, composta pelos Serviços de Ambiente, Resíduos e Águas, Setor de Gestão Urbanística, Setor de Fiscalização Municipal, Setor de Obras Municipais e Viação e Setor de Armazém, Oficinas e Parque de Máquinas, compete:

- Assegurar, organizar e executar as atividades e projetos de ampliação, gestão, exploração e conservação de toda a rede de abastecimento de água e de saneamento na área do município;
- o Promover e assegurar a defesa e proteção do meio ambiente nas suas várias vertentes;
- Coordenar, assegurar e gerir o sistema de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos na área do município;
- Gerir e assegurar a manutenção e conservação de jardins e espaços verdes, cemitérios, parques de campismo e de outros equipamentos de idêntica natureza não afetos a outros serviços;
- Assegurar a conservação e manutenção das infraestruturas, edifícios e instalações, equipamentos sociais e mobiliário urbano municipal ou sob responsabilidade municipal;
- Assegurar a gestão e manutenção do parque de viaturas e máquinas do Município de acordo com critérios de rentabilidade e prioridade às atividades operativas;
- Assegurar um adequado e próximo enquadramento dos trabalhadores afetos à Divisão especialmente os que desenvolvem trabalho no exterior, no sentido da melhoria permanente da sua motivação e desempenho, da disciplina laboral, e da sua capacitação e valorização profissional;
- Assegurar a prestação de apoio oficinal especializado aos diversos serviços municipais;
- Promover as ações necessárias no âmbito da circulação, trânsito, transportes públicos, mobilidade urbana, espaços verdes e implantação de sistemas de iluminação nas vias e espaços públicos municipais;
- Acompanhar os projetos de informatização municipal, na parte que diz respeito à Divisão, devendo propor melhorias nas aplicações no sentido de garantir a satisfação e qualidade dos serviços;
- A gestão de todo o planeamento urbanístico na área do Município;



- Apreciar e informar todos os requerimentos de viabilidade, licenciamento de obras, loteamento e vistorias apresentados por particulares, em concordância com as leis, regulamentos e planos urbanísticos existentes;
- o Emitir parecer sobre a demolição de prédios e ocupação da via pública;
- Promover as vistorias necessárias à emissão de licenças e alvarás e organizar e informar os processos de reclamação referentes a construções urbanas;
- Colaborar na elaboração de planos gerais e parciais de urbanização, propondo alterações ao
 Plano Diretor Municipal quando se mostrarem necessárias;
- Dar parecer sobre estudos e planos de salvaguarda, valorização ou reabilitação do património histórico arquitetónico da área do Município e respetiva regulamentação;
- o A conceção e elaboração de projetos urbanísticos na área do Município;
- o Providenciar a elaboração de projetos e estudos sobre a execução de obras municipais;
- Efetuar as demais tarefas e procedimentos que lhe forem superiormente determinados por lei, regulamento ou despacho;

8.1.5. Organização Contabilística

A Câmara Municipal da Madalena está a utilizar diariamente (sem paralelo e desde o início do ano de 2002) a aplicação 'Sistema de Contabilidade Autárquica – POCAL', da AIRC – Associação de Informática da Região Centro, com integração às aplicações de Taxas e Licenças, e Património.

O sistema informático existente é, composto por uma rede estruturada, suportado por um servidor de base de dados (Informix), sobre um sistema operativo SCO UNIX, em ambiente Cliente / Servidor, com clientes a correr Windows 9X/2000/XP.

8.2. Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam a numeração definida pelo POCAL (Plano oficial de contabilidade das Autarquias Locais), com exceção dos pontos 8.2.1; 8.2.2; 8.2.4; 8.2.5; 8.2.8; 8.2.9; 8.2.10; 8.2.11; 8.2.14; 8.2.17; 8.2.18; 8.2.19; 8.2.20; 8.2.21; 8.2.22; 8.2.23; 8.2.24; 8.2.25; 8.2.27; 8.2.28; que neste anexo, e para o presente exercício não são aplicáveis.

8.2.3. Critérios Valorimétricos

Os Critérios valorimétricos utilizados relativamente às rubricas do balanço e da demonstração de resultados são:



o Imobilizado:

Tendo por base os pressupostos legais estabelecidos pelo disposto nos pontos 4.1.1 e 4.1.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, os critérios valorimétricos utilizados na avaliação dos bens, foram os seguintes:

- 1- O ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, deve ser valorizado ao custo de aquisição ou custo de produção.
- 2- Considera-se como custo de aquisição de um ativo a soma do respetivo preço de compra com os gastos suportados direta e indiretamente para o colocar no seu estado atual.

Existências:

As existências encontram-se valorizadas ao custo médio do mercado.

Foi adotado o Sistema do Inventário Permanente e o método de custeio das saídas foi o Custo Médio Ponderado, isto é, as existências foram valorizadas ao preço médio ponderado segundo as quantidades.

Provisões:

Existe uma provisão para riscos e encargos no montante de 50.000,00 €.

Especialização dos Exercícios:

Os subsídios/transferências para investimentos que a autarquia tem direito, nos termos da lei ou de contratos programa são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de Acréscimos e Diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

8.2.6. Despesa de Instalação e Investigação e Desenvolvimento

Na conta 431 – "Despesas de Instalação", encontram-se contabilizado o arrendamento de imóveis para instalação de serviços Municipais.

Na conta 432 – "Despesas de Investigação e Desenvolvimento", encontra-se contabilizado o "Plano de Pormenor da Freguesia de São Mateus", bem como a revisão do "Plano de Urbanização do Centro da Vila da Madalena"



8.2.12. Imobilizações Corpóreas em poder de terceiros, implantados em propriedade alheia e reversíveis

- o Imobilizações implantadas em propriedade alheia e imobilizações reversíveis
- Desconhece-se a existência de qualquer bem nesta situação.

8.2.13. Locação Financeira

No exercício de 2016 não existiram situações de locação financeira de bens.

8.2.15. Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Os bens de domínio público que não são objeto de amortizações são os constantes das contas:

 451 – Terrenos e Recursos Naturais, os quais legalmente não são suscetíveis de amortização.

8.2.16. Entidades Participadas

- Participação no fundo social da ART Associação Regional de Turismo no valor de 15.000,00€;
- o Participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM) 351.848,59

Foi aplicado o método da equivalência patrimonial, às participações na ART- Associação Regional de Turismo.

8.2.26. Descrição de responsabilidades assumidas em compromissos futuros

Existem compromissos futuros assumidos no montante de 895.581,99 €.